



**ARTIGOS
TECNICOS**

POPULAÇÃO, MÃO-DE-OBRA E RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHADOR NA AGRICULTURA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Elisa Brito Garcia (1)

1 - INTRODUÇÃO

A Fundação IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realiza levantamentos desde 1967, com o objetivo de fornecer informações básicas para o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do País. Esses levantamentos são feitos, desde sua implantação, utilizando-se uma amostra probabilística desenvolvida independentemente para cada unidade da Federação (2). No início, os levantamentos eram trimestrais; a partir de 1971, passaram a ser feitos uma vez por ano, no quarto trimestre. As últimas informações divulgadas pela Fundação IBGE referem-se ao levantamento feito em novembro de 1977.

O objetivo deste artigo é analisar para o Estado de São Paulo a situação da população rural e da mão-de-obra ligada à agricultura, em 1977, comparando-a com as informações anteriores, a fim de que se possa obter uma visão mais ampla do comportamento que esses dados possam apresentar.

Para a análise dos dados anteriores a 1977, tomar-se-á como ponto de partida o ano de 1971, pois antes desta data as informações sobre mão-de-obra abrangiam apenas as pessoas de 14 anos e mais. Somente a partir de 1971 passou-se a investigar a situação das pessoas de 10 anos e mais. Como para alguns itens não é possível reajustar as informações anteriores a 1971 para incluir as pessoas de 10 a 14 anos, a análise se restringirá à série de 1971 a 1977. É necessário também que se diga que em 1974 e 1975 não houve levantamento devido à realização do Censo Agropecuário.

As comparações com o ano de 1976 serão feitas com cautela, uma vez que houve, em 1977, uma revisão e atualização da situação dos setores censitários classificados como rurais desde 1970.

(1) A autora agradece aos Sociólogos Sérgio Gomes Vassimon e Malimíria Norico Otani pela colaboração dada e pelas sugestões apresentadas.

(2) Para a PNAD de 1977, com base no desenho da amostra, a Região II (São Paulo) ficou representada por 48 municípios auto-representativos e 92 não auto-representativos. Dos 140 municípios da amostra, foram selecionados 767 setores censitários, 638 urbanos e 129 rurais, e 19.009 domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos, correspondendo a uma fração de amostragem de 1/300. Foram entrevistadas 14.500 unidades. Ver: PESQUISA nacional por amostra de domicílios - 1977; Região II - São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, t.2, p.1-60, 1979.

2 - Esvaziamento da Zona Rural

De 1950 a 1960, o crescimento da população do Estado de São Paulo se fez em favor das zonas urbanas: em 1950 a população rural representava 47,41% do total da população e em 1960, 37,27% ⁽³⁾. Essa tendência accentuou-se nitidamente na década de sessenta, diminuindo a população rural tanto em número absolutos como em número relativos: de 4.779.429 pessoas, ou 37,27% do total em 1960, passa para 3.526.449 pessoas em 1970, representando 19,64% da população do Estado.

Apesar de o Censo ter registrado um incremento no número absoluto da população rural em 1960, trabalhos recentes indicam que a população que vivia das atividades agrícolas começou a decrescer antes mesmo de 1960. TOSCANO ⁽⁴⁾, utilizando-se do conceito de população agrícola ⁽⁵⁾, compara esta com a população total do Estado, de 1948 a 1976, mostrando que "enquanto a população total cresce, a agrícola diminui relativamente em toda a série e de modo absoluto a partir de 1957".

O esvaziamento das zonas rurais do Estado é, portanto, um processo que se iniciou antes mesmo da década de sessenta, encontrando-se ainda em pleno vigor nos anos setenta. Os dados da PNAD confirmam claramente essa tendência. De 1971 a 1977, a população rural decresceu tanto em número absoluto como em número relativo: em 1971, a população rural era de 3.352.000 pessoas, ou 18,11% da população do Estado, caindo em 1977 para 2.851.480 pessoas, representando apenas 12,81% (quadro 1).

O crescimento da população total do Estado de São Paulo de 1971 a 1977 se fez a uma taxa de 2,85% a.a., sendo que o crescimento positivo se deu nas zonas urbanas: enquanto estas aumentavam a uma taxa de 4,21% a.a., as zonas rurais decresciam 2,66% a.a. (quadro 1).

Esse processo de esvaziamento das zonas rurais pode ser melhor aquilatado com os dados referentes à migração.

⁽³⁾ O Censo Demográfico de São Paulo de 1950 indicava uma população rural de 4.330.212 pessoas e uma população urbana de 4.804.211 pessoas. Em 1960, essa mesma fonte indicava, respectivamente, 4.779.429 e 8.044.377 pessoas.

⁽⁴⁾ TOSCANO, Gabriela. Evolução e composição da população agrícola do Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, 23 (1):191-213, 1976.

⁽⁵⁾ Fazem parte da população agrícola "os diferentes grupos de pessoas economicamente dependentes da agricultura, incluindo: os proprietários e seus dependentes que residam em propriedades agrícolas; os trabalhadores residentes e seus dependentes; os proprietários e seus familiares que residam em cidades, mas que têm na atividade agrícola sua principal fonte de renda; os trabalhadores agrícolas e seus dependentes que moram em cidade" (TOSCANO, citado em rodapé 4).

QUADRO 1. - População Residente, Força de Trabalho e Pessoal Ocupado no Setor Agrícola, Estado de São Paulo, 1971-77

Ano	População residente			População economicamente ativa ⁽¹⁾			Pessoal ocupado ⁽¹⁾		
	No Estado (nº)	Na zona rural		No Estado (nº)	Na zona rural		Em todos setores da economia (nº)	No setor agrícola	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
1971	18.508.000	3.352.000	18,11	7.405.000	1.331.000	17,97	7.084.000	1.421.000	20,06
1972	19.087.617	3.271.345	17,14	7.412.084	1.242.439	16,76	7.184.075	1.340.385	18,66
1973	19.693.377	3.385.295	17,19	7.832.443	1.338.211	17,09	7.610.637	1.381.299	18,15
1976	21.679.931	3.319.367	15,31	8.791.836	1.261.998	14,35	8.627.033	1.255.196	14,55
1977	22.264.165	2.851.480	12,81	9.248.677	1.148.593	12,42	9.004.732	1.335.437	14,83

(1) População de 10 anos e mais.

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

QUADRO 2. - Migração Rural-Urbana, por Faixa de Idade, Estado de São Paulo, 1977

Faixa de idade (ano)	População de origem rural ⁽¹⁾				Pessoas naturais do município de residência ⁽²⁾			
	Total	População que migrou para zonas urba nas do Estado			Origem rural total	População origem rural que migrou para zona urbana ⁽³⁾		
		Nº	% do total	% da faixa		Nº	% do total	% da faixa
0 a 9	1.121.711	443.538	7,85	39,54	737.103	190.920	20,83	25,90
10 a 14	728.933	401.157	7,10	55,03	334.097	118.431	12,93	35,45
15 a 19	777.825	506.382	8,96	65,10	280.608	115.203	12,57	41,05
20 a 29	1.614.001	1.248.325	22,09	77,34	352.527	164.929	18,00	46,78
30 a 39	1.324.802	1.057.002	18,70	79,79	213.441	115.523	12,61	54,12
40 a 49	1.082.848	856.350	15,16	78,79	165.244	85.706	9,35	51,87
50 a 59	721.304	583.946	10,33	80,96	111.929	65.428	7,14	58,45
60 e mais	690.353	553.575	9,80	80,19	101.548	60.182	6,57	59,26
Idade ignorada	299	299	0,01	-	-	-	-	-
Total	8.062.076	5.650.574	100,00	70,09	2.296.497	916.322	100,00	39,90

(1) Pessoas que nasceram em zona rural dentro e fora do Estado de São Paulo.

(2) Municípios do Estado de São Paulo.

(3) Migração dentro do próprio município.

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1977.

Os dados da PNAD não permitem uma análise muito profunda da migração rural-urbana no Estado ⁽⁶⁾. No entanto, estudando o quadro 2 pode-se ter a tendência geral dessa migração. Assim, em 1977 pouco menos de um terço da população que residia nas cidades era de origem rural: de 19.412.685 pessoas residindo em zonas urbanas, 70,09% vinham de zonas rurais. A distribuição por faixa etária indica que eram nas faixas acima de 20 anos, e de maneira crescente à medida que aumentavam as faixas de idade, que estavam os maiores contingentes de migrantes, o que mostra que é nas cidades que a força-de-trabalho de origem rural esperava encontrar maiores oportunidades de trabalho. Proporcionalmente ao total de migrantes, era na faixa de 20 a 29 anos que se encontrava a maior quantidade de pessoas que deixou o campo rumo à cidade. Mas, se se considerar a porcentagem dentro de cada faixa etária, a participação da população migrante aumentava à medida que aumentavam as faixas de idade, indicando que a migração se dava em grupos, isto é, eram famílias inteiras que se mudavam e não apenas indivíduos isolados.

Comparando-se a migração intra-municipal com o total da população que migrou para zonas urbanas, vê-se que a primeira seguiu as linhas gerais do processo migratório global: a migração se dava no sentido campo-cidade. Além disso, fica bem claro que a migração dentro do município de origem não era o sentido prioritário da corrente migratória dentro do Estado. A migração se dava principalmente para fora do município de origem. É só lembrar que as 916.322 pessoas que saíram da zona rural do próprio município em que viviam correspondiam apenas a 16,22% do total da população de origem rural que residia nas cidades em 1977.

A migração das pessoas em plena força de trabalho refletiu-se na distribuição da população por faixa etária, em 1977. Ao se verificar o peso das diferentes faixas de idade em cada área, nesse ano, nota-se que as faixas de idade acima de 20 anos tinham maior peso na zona urbana que na zona rural (quadro 3).

A migração deixou reflexo também na força de trabalho masculina no campo, a qual experimentou um certo envelhecimento relativo, mostrando, em contraste com a cidade, uma proporção maior de homens de 50 anos e mais economicamente ativos em 1977: enquanto, no campo, a proporção de homens economicamente ativos na faixa de 50 a 59 anos era de 92,21%, na cidade era de 76,96%; na faixa de 60 anos e mais, a proporção era de 57,34% e 38,31% respectivamente (quadro 4).

(6) Os dados da PNAD de 1977 não dão o total da população de origem rural nascida no Estado que migrou para regiões urbanas dentro do Estado. A população de origem rural que aparece nos quadros de migração é uma população que pode ter vindo de todas as regiões da PNAD. Essa fonte fornece apenas algumas indicações sobre a migração rural-urbana dentro do próprio Estado quando isola num quadro as pessoas naturais do município de residência, dando sua origem e atual local de residência.

QUADRO 3. - Distribuição da População por Faixa Etária, Segundo Situação do Domicílio e Grupo de Idade, Estado de São Paulo, 1977

Grupo de idade (ano)	Zona rural		Zona urbana	
	Total	%	Total	%
0 a 9	769.874	27,00	4.269.714	21,99
10 a 19	707.704	24,82	4.190.315	21,58
20 a 29	453.153	15,89	3.840.947	19,79
30 a 39	320.051	11,22	2.580.089	13,29
40 a 49	271.895	9,54	1.974.811	10,17
50 a 59	169.792	5,96	1.330.699	6,86
60 a 69	99.349	3,48	786.519	4,05
70 e mais	59.662	2,09	438.993	2,26
Idade ignorada	-	-	598	0,01
Total	2.851.480	100,00	19.412.685	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

3 - FORÇA DE TRABALHO E PESSOAL OCUPADO NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

A seguir, ver-se-á como esse esvaziamento se refletiu na força-de-trabalho.

Primeiro, é necessário que se diga que há três conceitos com que se pode trabalhar na PNAD: "população economicamente ativa", "população ocupada" e "população ocupada nas atividades agrícolas". A força-de-trabalho, ou seja, a população economicamente ativa residente na zona rural se compõe das pessoas de 10 anos e mais que na semana de referência ⁽⁷⁾ "estavam trabalhando, tinham trabalho mas não estavam trabalhando ou estavam procurando trabalho, tendo ou não trabalho antes" ⁽⁸⁾. Por outro lado, "pessoal ocupado" ou população ocupada é definida como "aquelas pessoas que estavam trabalhando na semana de referência e as que, embora não estivessem trabalhando tinham algum emprego ou negócio do qual se encontravam temporariamente ausentes por motivo de doença, férias, luto etc." ⁽⁸⁾.

⁽⁷⁾ Na investigação das características de mão-de-obra, os períodos de referências do PNAD são: semana de referência e ano de referência. Neste trabalho utilizou-se sempre a semana de referência, pois os dados para ano de referência são bem mais reduzidos.

⁽⁸⁾ PESQUISA nacional por amostra de domicílios - 1977: Região II - São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, t.2, p. 1-60, 1979.

QUADRO 4. - População de 10 Anos e mais e População Economicamente Ativa, Segundo Sexo, Grupo de Idade e Situação de Domicílio, Estado de São Paulo, 1977

Grupo de idade (ano)	População rural (em números absolutos)						População urbana (em números absolutos)					
	Total	Econ. ativo	Homem		Mulher		Total	Econ. ativo	Homem		Mulher	
			Total	Econ. ativo	Total	Econ. ativo			Total	Econ. ativo	Total	Econ. ativo
10 a 14	380.222	101.784	200.473	68.926	179.749	32.858	2.099.395	261.534	1.053.818	152.522	1.045.577	109.012
15 a 19	327.382	226.911	172.257	149.572	155.225	77.339	2.090.920	1.250.949	1.020.326	710.329	1.070.594	540.620
20 a 49	1.045.099	666.616	554.695	534.762	490.404	131.854	8.395.847	5.678.299	4.186.109	3.926.434	4.209.738	1.751.865
50 a 59	169.792	97.883	94.210	86.871	75.582	11.012	1.330.699	639.384	659.234	507.335	671.465	132.049
60 e mais	159.011	56.399	92.232	52.882	66.779	2.517	1.225.512	269.918	573.522	221.449	651.990	48.469
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	598	-	-	-	598	-
Total	2.081.606	1.148.593	1.113.867	893.013	967.739	255.580	15.142.971	8.100.084	7.493.009	5.518.069	7.649.962	2.582.015

Grupo de idade (ano)	População rural economicamente ativa (%)			População urbana economicamente ativa (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
10 a 14	26,77	34,88	18,28	12,46	14,47	10,43
15 a 19	69,29	86,83	49,83	59,83	69,62	50,50
20 a 49	63,78	96,41	26,89	67,63	93,80	41,61
50 a 59	57,65	92,21	14,57	48,05	76,96	19,67
60 e mais	34,84	57,34	3,77	22,03	38,61	7,43
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Total	55,18	80,17	26,41	53,49	73,64	33,75

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1977.

Desse modo, o termo "pessoal ocupado" difere de "população economicamente ativa" na medida em que este último é mais abrangente, pois inclui as pessoas "procurando trabalho". Assim, a população economicamente ativa da zona rural deve ser sempre maior que a população rural ocupada. No entanto, o "pessoal ocupado nas atividades agrícolas" pode ser maior que a população economicamente ativa, uma vez que esse termo não se restringe às pessoas residentes na zona rural, isto é, não há especificação da situação do domicílio, podendo as pessoas ocupadas nas atividades agrícolas residirem tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas.

Em 1977, a situação de São Paulo era a seguinte: a população de 10 anos e mais residente na zona rural era de 2.081.606 pessoas, sendo que 1.148.593 pessoas, ou 55,18%, eram consideradas economicamente ativas (PEA). Destas, 1.137.735 pessoas estavam ocupadas. Já a população ocupada no setor agrícola era de 1.335.437 pessoas, ou seja, 197.702 pessoas a mais que o total de pessoas ocupadas residentes na zona rural, ou 186.846 pessoas a mais que a população economicamente ativa da zona rural.

Essa diferença entre o pessoal ocupado residente na zona rural e a população ocupada no setor agrícola (residente ou não na zona rural) dá o total de pessoas que não residiam na zona rural, mas trabalhavam em atividades agropecuárias, sendo que a grande maioria se constituía, provavelmente, dos "bóias-frias" ou volantes, trabalhadores rurais que moram na periferia das cidades.

Com relação às mudanças ocorridas entre 1971 e 1977, vê-se o seguinte: a população economicamente ativa residente na zona rural caiu de 17,97% para 12,42% do Estado (quadro 1). Isto é, decresceu a uma taxa de 2,42% a.a., acompanhando de perto a queda da população rural, que foi, no período, de 2,66% a.a.

O pessoal ocupado no setor agrícola também decresceu no período, de 20,06% em 1971 para 14,83% em 1977, ou seja, a uma taxa de 1,03% a.a. (quadro 1).

É interessante observar que a queda do pessoal ocupado no setor agrícola foi menor do que na população economicamente ativa. Enquanto a primeira decresceu a uma taxa de 1,03% a.a., a segunda decresceu 2,43% a.a. A diferença entre ambas as populações era de 90 mil pessoas, em 1971, e em 1977 era mais de 186 mil pessoas. Essas diferenças indicam claramente que o esvaziamento da zona rural foi bem maior que a diminuição na oferta de empregos rurais. Isto é, a oferta de empregos caiu, mas não no mesmo ritmo que a população rural. As pessoas que migraram para as cidades nem sempre mudaram para um emprego urbano. Mudavam seu local de residência mas continuavam a trabalhar no campo.

Um trabalho recente de LOPES (9) mostra que a capitalização das atividades agropecuárias no Estado de São Paulo vinha se acentuando na década de sessenta, resultando não apenas na substituição de trabalhadores por meios de produção, como trazendo modificações na forma de emprego rural. Analisando os dados dos censos agrícolas de 1940 a 1970, LOPES mostra que "face à grande expansão da área trabalhada e a um valor da produção agrária que em termos reais quase triplicou, a quantidade total de trabalho tendeu mesmo a decrescer no período total: em 1970 ela era quase um quinto menor do que em 1940. A força de trabalho rural move, portanto, hoje, massas consideravelmente maiores de meios de produção" (9). De 1940 a 1970, o total do pessoal ocupado decresceu em 18,0%. Paralelamente à queda do pessoal ocupado, constataram-se, no período, grandes mudanças na composição da mão-de-obra rural: crescimento de 22% na mão-de-obra familiar e queda de 42% no conjunto de outros trabalhadores. O crescimento da mão-de-obra familiar deu-se principalmente nos anos 50 e quase se estabilizou nos anos 60. Com relação aos demais trabalhadores, deu-se, no setor empresarial, a substituição do trabalhador residente pelo empregado temporário. A queda no número de trabalhadores residentes foi contínua em cada década sucessiva, tendo se acelerado na década de 60, quando decresce quase 40%. Esses trabalhadores eram substituídos por trabalhadores temporários: "de relativa estabilidade nos anos 40, o seu número cresceu fortemente nos anos 50, num processo que quase se limitou a substituir os trabalhadores residentes expulsos; nos anos 60, porém, ao mesmo tempo em que caíam com mais intensidade os trabalhadores residentes, diminuían também os temporários, indicando com maior nitidez o processo geral de substituição do trabalhador por meios de produção" (9). É importante acrescentar ainda que se alterou, também, a modalidade do trabalho temporário: o contrato individual foi substituído pelo contrato coletivo, através do intermediário, de turmas de "bóias-frias" completamente proletarizados (9).

Voltando à PNAD, os dados mostram que na década de setenta não só continuou a decrescer a oferta de emprego no setor agrícola como continuou o processo de substituição do trabalhador residente pelo trabalhador temporário, agora bem claramente o volante ou bóia-fria: em 1971 cerca de 90 mil pessoas ocupadas na agricultura residiam em zonas urbanas; em 1977 esse número já alcançava 186 mil pessoas.

3.1 - Participação do Menor e da Mulher nas Atividades Agrícolas

Dentro da força-de-trabalho, os dados da PNAD permitem alguma avaliação do trabalho da mulher e do menor. No entanto, é necessário levar em conta as restrições desses dados.

(9) LOPES, Juarez R. Brandão. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo - 1940-1970. Estudos CEBRAP, São Paulo, (22): 43-110, out./dez. 1977.

São duas as limitações que se deve considerar no tocante à avaliação do trabalho do menor e da mulher. Em primeiro lugar, seus levantamentos são efetuados em novembro, época em que há menor demanda de mão-de-obra rural, principalmente da mão-de-obra infantil e da mulher. Menores e mulheres entram no trabalho agrícola quando a atividade exige mais habilidade que força ou quando já se ocupou toda mão-de-obra masculina disponível, havendo necessidade de mais mão-de-obra. Isso só ocorre nas épocas de capina e colheita, onde a demanda pelo trabalhador temporário é muito maior. Os produtos que demandam mão-de-obra feminina são: o amendoim, cuja colheita das águas se faz nos meses de dezembro e janeiro, e a colheita da seca em abril e maio; o café, cuja colheita se inicia em algumas regiões em abril, indo até agosto; e o algodão, que se colhe em fevereiro, março e abril. A única cultura que requer muita mão-de-obra e cuja colheita começa em junho e se estende até dezembro é a cana-de-açúcar. Assim, como a coleta dos dados do PNAD é realizada em novembro, perde-se muito na avaliação da participação dessas duas categorias nos trabalhos agrícolas.

Em segundo lugar, é importante lembrar que o estilo de vida das zonas rurais é qualitativamente diferente da zona urbana. Pela PNAD, em 1977, do total de mulheres casadas da zona rural, 78,14% se dedicavam a atividades domésticas, contra 71,76% na zona urbana. É preciso considerar que o cuidado da pequena criação, a fabricação do queijo para venda, a lavagem de roupa para fora, esporadicamente, etc. são todos trabalhos femininos que contribuem no orçamento familiar, mas que são muito dificilmente detectados num questionário do tipo "fechado".

No entanto, algumas considerações podem ser feitas sobre o trabalho do menor e da mulher.

A distribuição da população economicamente ativa por faixa de idade (quadro 4) permite que se avalie a situação do menor na força-de-trabalho, em 1977. Nessa data, enquanto na zona urbana a população economicamente ativa entre 10 e 14 anos representava 12,46%, na zona rural eles representavam 26,77%, indicando uma maior participação do menor na vida econômica.

No entanto, a participação do menor nas atividades agrícolas tendeu a cair um pouco no período considerado, tanto em números absolutos como em números relativos. O quadro 5 mostra a posição do pessoal na faixa de 10 a 14 anos com relação à PEA da zona rural e com relação à população ocupada nas atividades agrícolas. Este último dado não existe para 1977 e como a diferença entre a PEA nas zonas rurais e a população ocupada nas atividades agrícolas foi muito grande em 1977, é de se supor que a participação do menor tendeu a aumentar em relação a 1976 devido ao aumento no contingente de trabalhadores vindo de fora das zonas rurais. No entanto, como esse dado não foi fornecido pela PNAD de 1977, pode-se apenas dizer que a PEA de 10 a 14 anos foi um pouco maior, percentualmente, em 1972 e 1973 do que em 1971, tendendo a cair um pouco em 1976 e 1977. Já

com relação à participação do menor nas atividades agrícolas, ela foi maior em 1973, caindo em 1976.

Quanto à participação da mulher na vida econômica, a mulher que reside na zona rural, aparentemente, tem menor participação que a residente na zona urbana: enquanto no campo 26,41% das mulheres de 10 anos e mais são economicamente ativas, na zona urbana 33,75% são economicamente ativas (quadro 4). É apenas na faixa de idade de 10 a 14 anos que a mulher da zona rural apresenta maior participação que a mulher da zona urbana: 18,28% contra 10,43%. Na faixa de 15 a 19 anos a participação é praticamente a mesma em ambos os setores, mas a partir daí a porcentagem de mulheres economicamente ativas começa a cair mais rapidamente na zona rural que na zona urbana (quadro 4).

No entanto, levando em conta as limitações acima descritas e considerando as informações existentes, desde 1971, sobre o número de mulheres ocupadas nas atividades agrícolas (residentes e não residentes no campo), pode-se afirmar que a participação da mulher tem aumentado (quadro 5). Em 1971, o número de mulheres de 10 anos e mais ocupadas nas atividades agrícolas era de 250.000 pessoas, representando 17,59% do total de pessoas ocupadas nesse setor. De 1971 a 1977, sua participação cresce em número absoluto e relativo, chegando a 1977 com 276.522 mulheres ocupadas, representando 20,71% do total (quadro 5).

QUADRO 5. - Participação do Menor e da Mulher nas Atividades Agrícolas, Estado de São Paulo, 1971-77

Ano	Participação do menor de 10 a 14 anos				Participação da mulher de 10 anos e mais ocupada nas atividades agrícolas (1)	
	Economicamente ativo residente na zona rural		Ocupado nas atividades agrícolas (1)		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
1971	132.000	9,92	139.000	9,78	250.000	17,59
1972	106.332	12,91	127.028	9,48	232.264	17,33
1973	143.285	10,71	160.700	11,63	277.683	20,10
...
1976	105.293	8,34	106.962	8,52	229.409	18,28
1977	101.784	8,86	276.522	20,71

(1) A população ocupada nas atividades agrícolas inclui residentes e não residentes na zona rural.

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

3.2 - Instrução da População Ligada às Atividades Agrícolas

Quanto à instrução, os levantamentos feitos pelo sistema de pesquisas domiciliares não fornecem ainda uma série, pois têm sofrido muitas modificações quanto à parcela da população pesquisada. Em 1971, 1972 e 1973, os dados publicados referem-se à população ocupada na agricultura, isto é, não se considera a situação do domicílio. Em 1976, os dados publicados referem-se apenas à alfabetização (alfabetizados e não alfabetizados) da população de 5 anos e mais, residente na zona rural. Em 1977, os dados começam a melhorar: têm-se a situação da alfabetização como em 1976 e, também, para a população economicamente ativa residente na zona rural (pessoas de 10 anos e mais) têm-se os anos de estudo.

Pelas razões expostas, não é possível uma análise mais aprofundada do período. No entanto, algumas considerações podem ser feitas.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que até 1977 o índice de alfabetização da população rural andava por volta de 70% (quadro 6). Quanto ao grau de instrução, pela análise da PEA, vê-se que a maior parte da população alfabetizada não tem mais de 4 anos de estudo, ou seja, 62,70% das pessoas que sabem ler e escrever cursaram apenas até o 4º ano do 1º grau, sendo que 16,27% não têm mais de 2 anos de estudo. A situação é idêntica tanto para homens quanto para mulheres (quadro 6).

Tendo em vista as limitações indicadas, pode-se dizer que, quanto à instrução, a situação do homem do campo sofreu uma mudança muito pequena no período em análise. Observando-se o quadro 7, onde se tem o grau de instrução das pessoas ocupadas no setor agrícola, vê-se que de 1971 a 1973 diminuiu a porcentagem de não-alfabetizados nessa população, mas a grande maioria dos alfabetizados ainda em 1973 se classificava no nível elementar, o qual, naquela época, incluía apenas até o 4º ano do 1º grau. Quanto ao nível médio, a tendência nesses 3 anos foi de aumentar o pessoal classificado nesse nível, mas como não foi fornecido o número de anos de estudos, como em 1977, não se pode aquilatar o grau de mudança na vida.

O que realmente fica da observação desses dados é que a grande maioria da população rural ou do pessoal ocupado nas atividades agrícolas não tem mais do que 4 anos de estudo.

3.3 - Posição na Ocupação

Analisando-se, para o período de 1971-77, a distribuição das pessoas ocupadas no setor agrícola segundo a posição na ocupação (quadro 8), observa-se com muita nitidez o aumento do número de empregados e a diminuição tanto do número de empregados como do número de trabalhadores autônomos e do número de membros da família não-remunerados. Essa diminuição mostra claramente a existência de um processo de assalariamento da população rural.

QUADRO 6. - População Rural Economicamente Ativa Segundo Anos de Estudo, Estado de São Paulo, 1977

Ano de estudo	Pessoas de 10 anos e mais economicamente ativas					
	Total		Homem		Mulher	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem instrução e menos de 1 ano	298.813	26,02	233.402	26,14	65.411	25,59
1 a 2	186.923	16,27	149.738	16,77	37.185	14,55
3 a 4	533.244	46,43	410.911	46,01	122.333	47,86
5 a 8	91.106	7,93	69.947	7,83	21.159	8,28
9 a 11	21.354	1,86	15.396	1,72	5.958	2,33
12 a 17	14.450	1,26	11.495	1,29	2.955	1,16
Não determinados	2.703	0,23	2.124	0,24	579	0,23
Total	1.148.593	100,00	893.013	100,00	255.580	100,00

Fonte: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1977.

QUADRO 7. - Grau de Instrução das Pessoas de 10 Anos e Mais, Ligadas às Atividades Agrícolas, Estado de São Paulo, 1971-73

Grau de instrução	População economicamente ativa ligada às atividades agrícolas					
	1971		1972		1973	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não alfabetizados	437.000	30,31	365.181	27,02	350.123	25,01
Elementar	946.000	65,60	911.648	67,46	956.018	68,30
Médio	55.000	3,81	69.263	5,13	89.904	6,42
Superior	4.000	0,28	5.332	0,39	3.667	0,27
Total	1.442.000	100,00	1.351.424	100,00	1.399.712	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

QUADRO 8. - Pessoas Ocupadas nas Atividades Agrícolas, Segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1971-77

Ano	Total de pessoas ocupadas no setor agrícola	Posição na ocupação							
		Empregado	%	Empregador	%	Trabalhador autônomo	%	Membro da família sem remuneração	%
1971	1.421.000	754.000	53,06	81.000	5,70	250.000	17,59	336.000	23,65
1972	1.340.385	770.320	57,47	74.323	5,54	225.804	16,85	269.938	20,14
1973	1.381.299	767.538	55,57	79.240	5,74	239.276	17,32	295.245	21,37
...
1976	1.255.196	845.299	67,34	69.173	5,51	164.439	13,10	176.285	14,05
1977	1.335.437	922.550	69,08	61.240	4,59	163.566	12,25	188.081	14,08

Fonte: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

De fato, os trabalhadores autônomos que "exercem suas atividades por conta própria, individualmente ou com auxílio de membro da família não-remunerado" decresceu sensivelmente no período em estudo: em seis anos, mais de 87 mil trabalhadores autônomos e cerca de 148 mil membros da família não-remunerados ou abandonaram as atividades agrícolas ou se assalariaram. Como há nesses seis anos um crescimento de mais de 168 mil trabalhadores assalariados na mão-de-obra ocupada, é mais certo que o assalariamento tenha sido o destino mais comum para ambas as categorias. Como diminuiu também o número de empregadores, é de se supor que tenha ocorrido uma concentração da produção em prol de empresários com uma maior capacidade financeira, inclusive para assalariar trabalhadores.

LOPES (¹⁰), analisando especificamente as mudanças intercensitárias de 1960 a 1970, mostra que na década de 60 ocorreram mudanças profundas não só no montante do emprego rural, mas principalmente na forma do emprego rural. O total do pessoal ocupado no setor agrícola diminuiu 17,2%. As categorias de trabalhadores que tiveram seu contingente mais diminuído foram os empregados permanentes e os parceiros. É importante acentuar a queda no número dessas categorias, dada a importância dos familiares não-remunerados ligados a esses trabalhadores, principalmente colonos e parceiros. Em 1960, os parceiros subordinados à administração dos estabelecimentos somavam 139.471 pessoas, representando 7,5% do total dos trabalhadores rurais. Em 1970, esse número era de 65.928 pessoas, representando 4,3% do total. Pode-se acrescentar, também, que entre 1960 e 1970 o número de estabelecimentos com arrendatários diminuiu de 118.163 para 48.877, o que influencia de forma marcante a diminuição dos familiares não remunerados.

Mas as principais modificações se deram no âmbito das grandes empresas, de tal forma que LOPES (¹⁰) afirma que "a proletarização completa parece dar-se mais em função das exigências das empresas agrárias". Na década de 60, a diminuição da mão-de-obra familiar nas empresas entre 500 e 1.000ha foi de -18% e nas empresas de 1.000ha e mais foi de -50,5%. Também dentro dessas empresas diminuiu gradativamente a porcentagem de mulheres e crianças no total dos empregados permanentes. De 45% em 1940, baixou para 1/5 em 1970. Indicação, portanto, de uma diminuição na contratação de grupos familiares (como colonos e parceiros onde o tamanho da família era um fator importante na decisão de contratação). Nos grandes estabelecimentos, também, o número de parceiros diminuiu consideravelmente: de 26.106 parceiros em 1960, passou para 8.726 em 1970. Por outro lado, nessas mesmas empresas, apesar de ocorrer uma pequena diminuição dos empregados temporários, aumenta a proporção destes no conjunto dos trabalhadores: nos estabelecimentos entre 500 e 1.000ha essa proporção passa de

(¹⁰) LOPES, Juarez R. Brandão. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo - 1940-70. Estudos CEBRAP, São Paulo, (22): 43-110, out./dez. 1977.

25,4% para 36,2%; e nos estabelecimentos acima de 1.000ha, passa de 30,5% para 40,4% (11).

Portanto, na década de 60, além de diminuir o total de pessoas ocupadas no setor agrícola, houve uma forte tendência na modificação das formas de contrato, passando o trabalhador temporário, o bôia-fria, o trabalhador contratado coletivamente a ter maior importância no conjunto do pessoal ocupado.

Na década de 70, os dados do PNAD indicam que a tendência, até 1977, foi no sentido não só da diminuição do pessoal ocupado no setor agrícola como também no sentido de aumentar o peso do trabalhador assalariado no conjunto do pessoal ocupado. A queda no número de trabalhadores autônomos e de membros da família sem remuneração parece indicar que continuou a cair o número de parceiros autônomos e de arrendatários. A queda no número de empregadores, por outro lado, pode indicar uma tendência em aumentar a mecanização entre os pequenos e médios produtores, passando estes a poder contar apenas com a mão-de-obra familiar, como demonstra LOPES (11) para o período de sessenta, mas também pode indicar a concentração da produção em mãos das grandes empresas agrícolas, como parece indicar o grande aumento no número de empregados e a diminuição dos membros da família não-remunerados.

As razões das modificações ocorridas na proporção de cada categoria em relação ao total do pessoal ocupado no setor agrícola, durante o período estudado, deverão ser objeto de novas pesquisas. O que fica claro, no entanto, é que, em seis anos, ao mesmo tempo em que se observou um esvaziamento populacional da zona rural, observou-se também um processo de assalariamento da população que continuou ligada às atividades agrícolas.

4 - RENDIMENTOS MENSAIS

No final de 1977, quando o salário mínimo regional para o Estado de São Paulo correspondia a Cr\$1.106,40, aproximadamente 70% de 1.335.437 pessoas dedicadas às atividades agrícolas ganhavam até 2 salários mínimos, das quais 453 mil ganhavam até 1 salário mínimo e 483 mil entre 1 e 2 salários mínimos (quadro 9).

A jornada de trabalho para as atividades agrícolas variava entre 40 a 48 horas semanais para 55,5% dos trabalhadores e era mais de 49 horas semanais para 39,3%, restando apenas 5,1% de pessoas que trabalhavam menos de 39 horas semanais (quadro 9).

Do total geral de pessoas dedicadas às atividades agrícolas, 20% aproximadamente eram mulheres e as suas jornadas de trabalho eram e

(11) LOPES, Juarez R. Brandão. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo - 1940-1970. Estudo CEBRAP, São Paulo, (22): 43-110, out./dez. 1977.

QUADRO 9. - Pessoal Ocupado em Atividades Agrícolas: Grupo de Horas Semanais e Rendimento Mensal, Estado de São Paulo, 1977

Rendimento mensal (1)	Total				Homem				Mulher			
	Total	Até 39	40-48	+ 48	Total	Até 39	40-48	+ 48	Total	Até 39	40-48	+ 48
Até 1/2	94.480	16.969	49.570	27.941	62.307	9.389	34.357	18.561	32.173	7.580	15.213	9.380
1/2 a 1	358.878	9.251	237.373	112.254	244.607	2.648	154.612	87.347	114.271	6.603	82.761	24.907
1 a 2	482.629	4.169	283.305	195.155	430.594	2.048	246.795	181.751	52.035	2.121	36.510	13.404
2 a 3	81.591	2.391	35.175	44.025	79.794	2.085	34.284	43.425	1.797	306	891	600
3 a 5	48.726	1.222	19.027	28.477	47.827	1.222	18.415	28.190	899	-	612	287
5 a 10	42.689	1.173	16.089	25.427	42.111	1.173	15.511	25.427	578	-	578	-
+ 10	37.746	1.189	14.022	22.535	37.440	883	14.022	22.535	306	306	-	-
s/rend.	185.981	31.641	85.440	68.900	111.813	14.681	52.398	44.734	74.168	16.960	33.042	23.166
s/declar.	2.717	585	1.814	318	2.422	290	1.814	318	295	295	-	-
Total	1.335.437	68.590	741.815	525.032	1.058.915	34.419	572.208	452.288	276.522	34.171	169.607	72.744

(1) Salário mínimo.

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1977.

quivalentes a dos homens, embora com uma porcentagem um pouco mais acentuada nas faixas até 48 horas semanais. Por outro lado, enquanto entre os homens cerca de 10% trabalhavam sem rendimentos, esta porcentagem sobe para 26% entre as mulheres. No total, a mão-de-obra familiar correspondia a 14%, parcela bastante significativa, ainda mais quando se considera que entre os que não recebiam rendimentos, mais de 80% trabalhavam acima de 40 horas semanais.

Levando-se em conta apenas os empregados, de um total de 922.550 trabalhadores, a porcentagem dos que ganhavam até 2 salários mínimos atinge a 92,5% deste total. A jornada de trabalho, no caso dos empregados, oscilava entre 40 e 48 horas semanais para 62% do total e era de mais de 49 horas semanais para cerca de 35% deles (quadro 10).

Finalmente, do total de empregados apenas 23,4% possuíam carteira de trabalho devidamente assinada pelos empregadores e esta porcentagem caía para 18,3% entre as mulheres empregadas, demonstrando a precariedade da aplicação da legislação trabalhista nas atividades agrícolas (quadro 11).

5 - CONCLUSÕES

Os dados do PNAD no período 1971-77 indicam que a tendência observada na população rural do Estado foi no sentido de se acentuar a transferência da população do campo para as cidades. O processo de esvaziamento das zonas rurais não é um processo iniciado recentemente, mas tem suas origens antes mesmo da década de 60.

QUADRO 10. - Horas Semanais e Rendimento Mensal de Empregados Rurais, Estado de São Paulo, 1977

Rendimento mensal (1)	Empregado	Horas semanais trabalhadas		
		até 39	40-48	+ 48
Até 1/2	84.910	15.761	47.182	21.967
1/2 a 1	336.210	8.341	227.741	100.128
1 a 2	432.299	2.045	264.962	165.292
2 a 3	44.015	-	20.966	23.049
3 a 5	18.171	318	7.252	10.601
5 a 10	4.225	-	1.489	2.736
+ 10	1.229	-	916	313
S/declar.	1.491	295	1.196	-
Total	922.550	26.760	571.704	324.086

(1) Salário Mínimo.

Fonte: Fundação IBGF, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1977.

QUADRO 11. - Empregados Rurais com Carteira de Trabalho Assinada, Estado de São Paulo, 1977

Sexo	Empregado	Carteira assinada	
		Possuem	Não possuem
Homens	700.129	173.434	526.695
Mulheres	193.427	35.353	158.074
Total	893.556	208.787	684.769

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1977.

Esse esvaziamento refletiu-se não só na distribuição da população por faixas etárias, como também na força de trabalho masculina. Em 1977, notou-se claramente que as faixas de idades das pessoas de 20 a 49 anos tiveram um peso maior na zona urbana que na zona rural. Como decorrência, a força de trabalho masculina residente na zona rural experimentou um envelhecimento relativo, mostrando, em contraste com a cidade, uma proporção maior de homens de 50 anos e mais economicamente ativos.

Com relação ao total da força de trabalho rural, tem-se que a transferência da população do campo para as cidades trouxe obviamente uma diminuição, do mesmo grau, da população economicamente ativa residente no campo, o que, no entanto, não significou que a população ocupada nas atividades agropecuárias tenha diminuído em igual ritmo. Realmente, diminuiu a população ocupada nas atividades agrícolas, mas a tendência principal foi no sentido de aumentar a substituição do trabalhador residente pelo trabalhador temporário. As pessoas mudaram seu local de residência, mas continuaram a trabalhar no campo. Isso indica que a oferta de emprego rural caiu no período, mas não no mesmo ritmo que a população rural. O que de fato se deu foi o fortalecimento da tendência à modificação das formas de contratação do trabalhador rural. Não apenas se preferia o trabalhador temporário ao trabalhador permanente residente, como se substituíam os contratos individuais pelos contratos coletivos. Modificou-se, assim, a composição da mão-de-obra rural no Estado de São Paulo, passando o trabalhador temporário, o volante, o "bóia-fria", a representar uma porcentagem cada vez maior no conjunto dos trabalhadores agrícolas.

No que toca à distribuição das pessoas ocupadas no setor agrícola segundo a posição na ocupação, observou-se, no período estudado, uma nítida tendência a um processo de assalariamento da população rural. Ao substituir-se o trabalhador residente pelo volante, despede-se a mão-de-obra familiar não remunerada ligada aos trabalhadores permanentes (colonos, parceiros). O resultado será ou a transferência desses trabalhadores para empregos urbanos ou o assalariamento. Como, no período em estu

do, decresceu sensivelmente tanto o número de trabalhadores autônomos como o número de membros da família não-remunerados, tendo aumentado grandemente o número de empregados, o que pareceu ter ocorrido, efetivamente, foi uma transferência de trabalhadores de uma posição de autônomos e membros da família sem remuneração para uma posição de empregados.

Finalmente, no que diz respeito à qualidade de vida da massa trabalhadora do setor rural, os dados do PNAD são muito poucos e limitados, mas apontam no sentido de uma situação bastante precária. Um terço dos trabalhadores ocupados nas atividades agrícolas, em 1977, auferiam rendimentos mensais de até um salário mínimo, sendo que a grande maioria não ultrapassava dois salários mínimos. A participação do menor entre o pessoal ocupado nas atividades agrícolas apresentou um ligeiro declínio no período, no entanto, a participação da mulher cresceu em números absolutos e relativos. E no tocante à instrução, em 1977 constatou-se uma diminuição de não-alfabetizados entre a população ocupada no setor agrícola, mas a grande maioria dessa população não ultrapassava quatro anos de estudos.

Assim, o número relativamente significativo de menores trabalhando, o aumento do trabalho feminino, o baixo índice de instrução e a baixa remuneração mensal são indicadores suficientes de que a grande massa de trabalhadores do campo vivia até 1977 em situação bastante precária. Como o assalariamento se apresentou como uma tendência bastante marcante desse período e como, no fim do período, a grande maioria dos assalariados percebia somente até 2 salários mínimos, não é possível dizer que ao final da década de setenta a qualidade de vida do trabalhador rural tenha apresentado melhoras significativas.